

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 46

Data: 29 de fevereiro de 1987

Pg.: 4

# General não consultará Igreja sobre Calha Norte

**BOA VISTA  
AGÊNCIA ESTADO**

"Imagine se toda vez que o Exército precisar instalar um pelotão de fronteira, assunto ligado à soberania nacional, tiver de pedir licença à Igreja. Isso não tem cabimento." Essa foi a reação do comandante militar da Amazônia, general Hyran Ribeiro Arnd, às reclamações da Igreja, que acusa as Forças Armadas de "arbitrárias" por terem lançado o projeto Calha Norte — de ocupação e proteção da Amazônia — sem consultá-la. "As preocupações da Igreja não se justificam. O projeto prevê um cuidado especial com os índios e caberá à Funai servir de amortecedor para evitar os choques que porventura venham a ocorrer entre índios e brancos."

Em Roraima, para presidir a passagem de comando do 2º Comando de Fronteiras de Roraima e 2º Batalhão Especial de Fronteira — o coronel Raimundo Airton de Souza Holanda foi substituído pelo coronel

Ivan Bottelli Vieira —, o general Hyran declarou que o "projeto Calha Norte é irreversível", pois é "uma decisão política do governo brasileiro".

Com um comportamento bem diferente do que caracterizava seu antecessor, general Octávio de Aguiar Medeiros, o atual comandante militar da Amazônia conversou demorada e descontraidamente com a imprensa durante a recepção oferecida no quartel do 2º Batalhão Especial de Fronteira. O general Hyran chegou até mesmo a dar sua opinião pessoal sobre aspectos da segurança nacional, dizendo que a soberania do País "é intocável". "Não vamos entregar um centímetro sequer do solo brasileiro a quem quer que seja" — disse, referindo-se ao interesse de países desenvolvidos na internacionalização da Amazônia.

O comandante militar da Amazônia lembrou que em Roraima o projeto Calha Norte prevê a instalação de três pelotões — Ericó, Surucus e Auaris — de um total de oito

em toda a área norte dos rios Solimões e Amazonas. O general Hyran revelou que aproveitaria sua estada em Roraima para escolher, junto com os comandantes locais, as áreas onde serão implantadas, ano que vem, as instalações da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, que englobará seis quartéis — três batalhões, um deles em Caracará, todos de infantaria de selva; um batalhão logístico; uma companhia de engenharia de combate, e uma companhia de comunicações.

"A região amazônica era, até agora, a mais desprotegida de toda a fronteira brasileira" — disse o general Hyran. "O projeto Calha Norte veio para acabar com esse problema e já temos recursos suficientes para a implantação de quatro dos oito pelotões previstos". O comandante revelou que do pelotão de Tiriós, localizado na fronteira do Amapá com o Suriname, sairá uma estrada, que começará a ser construída ainda este ano, ligando a região a Santarém, no Sul do Pará.

## Um projeto para 6.500 quilômetros

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

O Projeto Calha Norte vai aplicar em um período de cinco anos, Cz\$ 1.008.000.000,00 para integrar e patrulhar uma área de 6.500 quilômetros de fronteira e 150 quilômetros quadrados de largura, abrangendo o território do Amapá, Norte do Pará, Norte do Amazonas (acima do Rio Solimões) e o território de Roraima, que fazem divisa com o Suriname, Venezuela, Colômbia, Guiana Francesa.

Durante quatro horas e meia da tarde de ontem estiveram reunidos, no gabinete do ministro do Interior, o ministro Dante de Oliveira (Reforma Agrária), o presidente da Funai, Romero Juca Filho e representantes da Igreja, dentre eles o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes e o presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Ervin Krautler, para discutir o Projeto Calha Norte. Há divergências entre o governo e a Igreja no que tange à questão das populações indígenas localizadas na área que será afetada pelo projeto.

Segundo o secretário-geral do

Conselho de Segurança Nacional, General Bayma Dennis, a principal razão da criação do Calha Norte é "a manutenção da integridade do território e a salvaguarda da soberania do País". Quanto à questão das áreas indígenas, Dennis disse que ainda não havia nenhuma definição. Para ele não haverá qualquer problema, quanto à presença do exército na área, pois esse convive muito bem com os índios, desde os tempos de Rondón.

O secretário-geral da CNBB disse que "a reunião foi extremamente eficaz", pois foram discutidas diversas questões. Para ele, a exposição de 40 minutos do general Bayma Dennis foi muito bem feita: "Parece que ele atendeu a necessidade que tínhamos de conhecer melhor o projeto, que deve ser colocado numa dimensão mais abrangente que o próprio Plano de Desenvolvimento da Amazônia". E acrescentou que o projeto pretende respeitar a sobrevivência indígena.

O Projeto Calha Norte foi criado em 1985, por iniciativa do presidente José Sarney, preocupado com o crescente aumento do tráfico de narcóticos na região, contrabando e carên-

cia de recursos na área. Na época, a Secretaria de Planejamento (Sepplan) assumiu a coordenação da elaboração do projeto. Hoje o Conselho de Segurança Nacional, através do general Bayma Dennis, coordena o projeto. O ministro do Interior participa como representante da política regional da região, através dos diversos programas que implanta; o Ministério da Relações Exteriores com o apoio diplomático no relacionamento fronteiriço e na cooperação entre os países vizinhos; o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário encarregado de solucionar os problemas de demarcação e assentamento na região, que abriga cerca de dez nações indígenas, com 50 mil índios aproximadamente.

As Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) ficam com a parte de segurança e preservação da integridade territorial. Segundo o coronel Aluisio Webwe, subsecretário do Conselho de Segurança Nacional, o exército enviará este ano ao Calha Norte, sete pelotões com 50 homens, que se juntarão aos técnicos, somando ao todo 400 pessoas, que deverão começar o projeto. O exército exercerá ações específicas voltadas para os trechos prioritários nas fronteiras.